



HEGEMONIA CULTURAL E IDEOLOGIA NO PENSAMENTO DE ANTONIO GRAMSCI: IMPLICAÇÕES PARA AS ENTIDADES DE ENFERMAGEM

James Farley Estevam dos Santos*

RESUMO

Objetivo: analisar as implicações da teoria social de Antonio Gramsci para a organização político-ideológica das entidades civis da classe de Enfermagem no Brasil. **Método:** estudo de reflexão sobre o pensamento de Antonio Gramsci, discutindo a noção de hegemonia cultural, ideologia e Estado ampliado e suas implicações para a organização das entidades de Enfermagem. O estudo foi desenvolvido no segundo semestre de 2021 e dispensa apreciação por comitê de ética. **Resultados:** a preparação ideológica dos exercentes da Enfermagem foi identificada como elemento essencial para dar significado e sentido revolucionário à luta política e econômica da classe, apoiando a formação da identidade e sentimento de companheirismo entre os membros da categoria e formulação de diretrizes de ação para as entidades. **Considerações finais:** conclui-se pela importância dos sindicatos e associações profissionais para a organização da categoria e pela necessidade de (re)conexão entre os estudantes e trabalhadores de Enfermagem com as entidades civis, a partir de uma atuação comprometida com a mudança social e com as reais demandas da classe trabalhadora.

Palavras-chave: Enfermagem. História da enfermagem. Sociedades de enfermagem. Estado. Teoria social.

INTRODUÇÃO

Este estudo trata da organização política das entidades civis de Enfermagem no Brasil, enquanto instituições de representação e reivindicação dos trabalhadores e estudantes de Enfermagem. Na perspectiva de refletir sobre a atuação de tais entidades no bojo de uma sociedade regulada, o pensamento do filósofo italiano Antonio Gramsci foi acionado como arsenal teórico, devido ao seu potencial de organizar as forças e o intelecto operário numa ação associativista e sindicalista de caráter contra-hegemônico. Para tanto, foi necessário refletir sobre a Enfermagem e sua função social, examinando em conjunto a crise contemporânea e o papel das entidades civis para a profissão e para a sociedade em geral.

Definir o fenômeno Enfermagem é uma tarefa difícil. Sem a pretensão de encerrar o assunto ou de absoluta assertividade, neste estudo, a Enfermagem moderna é definida como um campo do conhecimento científico, histórico e socialmente constituído por trabalhadores qualificados que se dedicam às condições e aos métodos necessários para a produção, reprodução e operação desse conhecimento, o

qual sustenta as práticas de promoção, proteção e recuperação da saúde de pessoas e comunidades, em seus diversos estágios de crescimento e desenvolvimento, no contexto de suas reais condições e circunstâncias de vida. O saber e a prática de Enfermagem estão alicerçados em princípios éticos, estéticos e humanísticos e no respeito indelével à vida e à dignidade humana. Os trabalhadores da categoria lidam com necessidades humanas, de modo que são capazes de apoiar as pessoas a identificarem, compreenderem e satisfazerem as suas reais necessidades no campo da saúde, em articulação com os outros distritos da existência humana. Por tudo isso, o cuidado de Enfermagem constitui-se num processo de crítica, de (auto)conhecimento e de emancipação do homem, em nível pessoal e coletivo.

Essas linhas explicitam uma cosmovisão para a Enfermagem, em que o cuidado de Enfermagem excede a noção de uma execução técnica de procedimentos terapêuticos sob os arranjos dos sistemas orgânicos e alcança o estatuto de uma intervenção emancipatória do gênero humano no campo da saúde, numa perspectiva humanística e de superação da alienação capitalista.

*Enfermeiro, Mestre em Enfermagem. Professor do Curso de Graduação em Enfermagem da Faculdade SEUNE. Professor do Curso de Graduação em Enfermagem da Faculdade Estácio de Alagoas. Maceió, Alagoas, Brasil. E-mail: jamesfarleyestevam@yahoo.com.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9354811505376290>. ORCID ID: 0000-0001-6299-108x

De fato, é um enorme desafio exercer o ofício de Enfermagem no bojo de uma sociedade regulada, onde trabalhadores e estudantes precisam resistir à opressão e aos assédios dos sistemas políticos e econômicos⁽¹⁾. A despeito de sua relevância social, a classe enfrenta uma séria problemática no estabelecimento de padrões de ensino e exercício da profissão, na luta por condições dignas de trabalho e para garantir e elevar a segurança e resolutividade da assistência prestada^(1,2). Por isso, é imperativo que os membros da categoria mantenham um nível de organização coletiva que lhes permitam dirigir seu ofício de maneira genuína, ou seja, à luz dos princípios éticos com os quais se comprometeram historicamente e dos requisitos operacionais e intelectuais indispensáveis ao desenvolvimento deste trabalho.

Por tudo isso, as entidades civis são necessárias para a classe enquanto espaço de poder e coordenação de esforços na consecução de objetivos profissionais em comum⁽²⁾. No entanto, é preciso reconhecer que as entidades exercem sua função no contexto de uma sociedade tensionada pela luta de classes, de modo que seu estudo requer uma análise atenta da dinâmica política, econômica e social vigente.

No que se refere à conjuntura nacional, cabe explicar que o Brasil participa da economia global de maneira periférica, dependente de outras nações e mantendo uma estrutura financeira aos moldes do capitalismo neoliberal⁽³⁾. Apesar do amplo setor extrativista e de prestação de serviços, o país ainda mantém forte dependência de tecnologias e investimentos estrangeiros, com um comércio bastante vulnerável às flutuações internacionais⁽³⁾. Nos últimos anos tem passado por um processo de desestruturação de seu parque industrial, o que impacta negativamente no setor produtivo e de geração de empregos e aprofunda o problema da dívida interna. A somatória dessa problemática é de que as ações de dinamização da economia e desenvolvimento social se tornam cada vez mais difíceis.

Enquanto o país perpassa uma séria crise econômica, parcela importante da população luta para manter precários postos de trabalho, enquanto muitos outros sofrem com o terror do desemprego e da informalidade trabalhista⁽⁴⁾. Além disso, reformas na estrutura do Estado

aprofundaram as iniquidades sociais, puxando o padrão de vida dos brasileiros para baixo ao extinguirem direitos laborais e previdenciários, além de legalizarem o desfinanciamento de políticas públicas no setor da saúde e educação. Soma-se a isso o prejuízo humano causado pela gravíssima pandemia de COVID-19, a qual modificou o modo de se viver e exigiu dos sistemas de saúde uma resolutividade difícil de ser alcançada com os recursos disponibilizados, acumulando um número crescente de adoecidos e mortos e um sofrimento incalculável⁽⁴⁾.

Ademais, ideologias reacionárias e autoritárias preenchem a constelação de ideias de diversos grupos sociais e os imergem numa crise moral infrutuosa e desumana⁽⁵⁾, culminando em séria ameaça aos princípios democráticos e republicanos da sociedade brasileira e aos direitos civis e políticos conquistados ao longo de gerações.

No bojo dessa conjuntura, compondo uma classe numerosa de trabalhadores da saúde, também afetados por esses mesmos problemas, estão os profissionais de Enfermagem, os quais assumiram o compromisso de produzir ações e serviços contributivos à saúde de pessoas, famílias e comunidades. Ao considerar essa problemática, parece razoável argumentar que trabalhar na área de Enfermagem, na perspectiva daquela cosmovisão, é, de fato, um enorme desafio, de modo que a superação dessa crise requer uma reforma profunda nas bases estruturantes da sociedade e isso só é possível com a luta coletiva dos trabalhadores. Nesse sentido, o papel das entidades civis de Enfermagem é o de coordenar os esforços da categoria em favor do exercício pleno de uma profissão que pode colaborar com o enfrentamento desse estado mórbido de organização social⁽²⁾.

Dessa maneira, este estudo aborda a questão das entidades civis de Enfermagem, inclusive como forma de contribuir com a sua função a partir da pesquisa e escrutínio coletivo. Em busca de teorias que expliquem a complexa malha social e ofereçam subsídios para a categoria encontrar rotas de intervenção, o pensamento político-filosófico de Antonio Gramsci foi escolhido para orientar as reflexões por ora aqui travadas, visto que incorpora a experiência histórica da classe trabalhadora em

criticar o *status quo* e engendrar formas de resistência em favor de uma exigência humana universal, socialista. Visto o exposto, o objetivo foi o de analisar as implicações da teoria social de Antonio Gramsci para a organização político-ideológica das entidades civis da classe de Enfermagem no Brasil.

MÉTODO

Trata-se de um estudo reflexivo, cujas argumentações se sustentam na obra do filósofo italiano Antonio Gramsci e em estudiosos do seu pensamento político. As entidades civis objeto desta reflexão foram a Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn) e os Sindicatos de Enfermagem, devido a sua natureza de pessoa jurídica de direito privado.

A organização e apresentação dos resultados das reflexões arroladas neste trabalho seguiram uma linha de raciocínio dividida em dois momentos: primeiro uma discussão revisional sobre a noção gramsciana de hegemonia cultural, Estado ampliado e ideologia, destacando a crítica como um elemento de resistência e de emancipação; depois uma reflexão sobre as implicações do pensamento de Antonio Gramsci para a organização das entidades de Enfermagem. O estudo foi desenvolvido no segundo semestre do ano de 2021 e, considerando tratar-se de um artigo de reflexão, prescinde da apreciação por comitê de ética em pesquisas com seres humanos.

RESULTADOS

Antonio Gramsci: Estado Ampliado, Ideologia e Hegemonia Cultural

Antonio Gramsci foi um político e filósofo comunista, nascido em 22 de janeiro de 1891 em Alles, província de Cagliari, na Ilha de Sardenha, Itália⁽⁶⁾. No ano de 1911 concorreu e ganhou uma bolsa para estudar literatura na Universidade de Turim⁽⁶⁾. Anos depois aderiu ao Partido Socialista Italiano e em 1917 foi eleito secretário da seção regional do partido⁽⁶⁾.

Em 1921, Gramsci constituiu o Partido Comunista Italiano, sendo escolhido o seu primeiro Secretário Geral, três anos depois foi eleito deputado e no parlamento denunciou as

estratégias fascistas de Benito Mussolini⁽⁶⁾. Quando se implantou na Itália a ditadura fascista, Gramsci foi tão logo preso e levado para a prisão de Regina Coeli, em 1926⁽⁶⁾. Em 1928 foi condenado a vinte anos de prisão, sendo levado para Turi, ficando preso por quase onze anos⁽⁶⁾. Em 1934 sua saúde estava seriamente abalada e os dirigentes fascistas não quiseram que o preso morresse como mártir no cárcere, então Gramsci foi solto em condicional, vindo a falecer três dias depois numa clínica particular em Roma, em 27 de abril de 1937⁽⁶⁾.

A base conceitual do pensamento de Gramsci é a hegemonia cultural, sendo o meio através do qual a casta dirigente mantém sua hegemonia, cuja noção alberga dois significados⁽⁶⁻⁹⁾. No primeiro, a hegemonia está relacionada à dominação pela coerção e força, no segundo, à ideia de consentimento mediante uma direção intelectual e moral⁽⁶⁻⁹⁾. Isso significa que a casta dirigente mantém sua hegemonia por meio da força legal e policial, mas principalmente por meio da cooptação ideológica, difundindo sua ideologia numa constelação de ideias em que seus valores e interesses particulares representam o senso comum⁽⁶⁻⁹⁾.

Essa estratégia é operacionalizada por meio dos aparelhos de Estado, de modo que a hegemonia se dá no momento da superestrutura, ou seja, do Estado em seu sentido ampliado, em que se distingue duas esferas essenciais: a sociedade política, o Estado em *stricto sensu* ou ditadura, formada pelo conjunto dos mecanismos de Estado através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal e policial da repressão, e a sociedade civil, que reúne o conjunto dos organismos vulgarmente ditos privados de exercício da hegemonia, constituindo-se nas organizações responsáveis pela elaboração e difusão das ideologias, como escolas, igrejas, sindicatos, meios de comunicação, partidos políticos, entre outros^(6,7).

Todavia, essa diferenciação é apenas didática ou metodológica, mas não orgânica, visto que a força é um elemento constitutivo do consenso, na medida em que qualquer ruptura desse último aciona os mecanismos de coerção intrínsecos a todas as esferas da vida social, mas que permanecem latentes enquanto o consenso mantém o controle social⁽⁶⁻¹⁰⁾.

A ruptura com essa situação se dá mediante

uma guerra de posição para ocupar os aparelhos de Estado e remodelar as forças sociais^(6,8). Para tanto, é necessário criticar a concepção de mundo hegemônica, abandonando um senso comum alienante para alcançar um senso crítico à luz da história e reais necessidades da classe trabalhadora^(6,8). É a partir da crítica à concepção hegemônica que as classes subalternas podem assumir uma função dirigente, pois engendrariam as novas concepções de mundo que contemplassem não mais os interesses da burguesia, mas sim os interesses universais da classe oprimida, promovendo uma reforma intelectual, moral, política e econômica ao longo das gerações^(6,8).

Tem-se, então, uma unidade ideológica, uma concepção de mundo que alberga os interesses das diversas camadas da sociedade e por isso é amplamente aceita^(6,11). Portanto, os intelectuais têm um papel importantíssimo, pois são aqueles que operam os aparelhos de hegemonia e aglutinam os interesses dos membros da classe que representam, traduzindo-os em ideologias que os mantêm coesos em um bloco ideológico^(6,11). Essa unidade ideológica é a amalgama que organiza os esforços da classe trabalhadora numa estratégia de contra-hegemonia, exigindo uma preparação ideológica para elevar o nível intelectual do movimento operário, de modo que cada um dos seus membros seja um sujeito político crítico e ativo^(6,11).

Implicações do pensamento de Antonio Gramsci para as entidades civis de Enfermagem

A trajetória da organização política da Enfermagem no Brasil tem seu marco inicial na criação da Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas, atual ABEn, visto que sua fundação antecipou toda a estrutura de representação da classe⁽²⁾. A ABEn foi criada pelas primeiras enfermeiras formadas na Escola de Enfermeiras do Departamento Nacional de Saúde Pública, em 12 de agosto de 1926⁽²⁾. A ideia da criação da Associação surgiu a partir da constatação de que seria muito difícil para as egressas conquistarem individualmente o espaço próprio da Enfermagem no setor saúde e o justo reconhecimento social, no entanto, a ABEn foi

criada sob as bases de uma visão elitista da profissão⁽²⁾.

O legado da ABEn para a Enfermagem é incalculável e incide sobre todas as áreas de atuação profissional: na criação de eventos políticos e científicos itinerantes; participando da formulação de dispositivos de regulamentação da profissão, como a Lei nº 5.905/73 e a Lei nº 7.498/86; na regulação do ensino de Enfermagem; no desenvolvimento de terminologias próprias para a profissão, dentre as muitas outras conquistas ao longo de tantos anos de luta⁽²⁾.

Atualmente, a ABEn se faz presente em todos os estados da Federação e acolhe a associação de todas as categorias de profissionais de Enfermagem e de estudantes de nível médio e superior. No entanto, cabe analisar que a Associação vem empreendendo um grande esforço para ampliar seu quadro de associados, bem como sua participação nos espaços de discussão e deliberação dentro do sistema de saúde, sobretudo nos conselhos de saúde, além de manter o diálogo com as demais entidades, conselhos e instituições de dentro e fora da Enfermagem e sustentar sua influência frente a outros atores de poder no cenário social.

No que se refere ao movimento sindical, a aprovação da Portaria nº 3.311 do Ministério do Trabalho do Brasil em 1974 tornou possível a criação de sindicatos de enfermeiros no território nacional, mas foi só a partir de 1980 que se pôde verificar uma atividade sindical mais ativa da categoria, quando vários sindicatos foram fundados, tais como o da Bahia (1980), do Distrito Federal (1981), do Ceará (1983), de Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Alagoas e Goiás (1985), de Pernambuco (1986), do Rio Grande do Norte e Niterói/RJ (1987) e do Pará (1989).

Foi na efervescência do período de redemocratização do Brasil que a identidade ou atividade sindical de Enfermagem foi formada, de modo que em 1983 os sindicatos existentes se filiaram à Central Única dos Trabalhadores (CUT), tão logo ela foi criada, e em 1987 formaram a Federação Nacional dos Enfermeiros (FNE)⁽²⁾. Outros eventos foram igualmente significativos, como a realização do Encontro Nacional de Entidades Sindicais e Pré-sindicais de Enfermeiros (ENESPSE), a partir de 1982, e

que se seguiram por toda a década de 1980, a formação da Coordenação Nacional das Entidades Sindicais e Pré-sindicais de Enfermeiros (CONESPE) em 1982, além da criação do Fórum Nacional de Entidades de Enfermagem (FNEEn) em 1988, que integra a ABEn, a FNE, os Conselhos de Enfermagem e representantes dos estudantes e dos técnicos e auxiliares⁽²⁾.

Esses acontecimentos apontam para uma ação articulada das entidades de Enfermagem na época, o que pode significar o fortalecimento da representação profissional, mas também denotam que a organização política da classe é permeada de avanços e retrocessos e que pode ainda ser considerada incipiente diante da relevância da profissão no sistema de saúde.

Ademais, é necessário analisar que a divisão técnica e social do trabalho em saúde e em Enfermagem se verifica também na organização das instituições e entidades da categoria, sendo razoável argumentar que isso pode representar um conflito identitário entre os técnicos e enfermeiros, o que fragiliza o sentimento coletivo de pertença à classe. Isso, de fato, se constitui um problema para as entidades de Enfermagem, uma vez que a noção de companheirismo na luta trabalhadora é um elemento importante para a mobilização quantitativa e qualitativa dos exercentes da profissão e que as entidades precisam dispor de recursos políticos, financeiros e humanos para se contraporem ao poder patronal.

Atualmente, as lideranças das entidades de Enfermagem têm dedicado muita atenção às questões que integram o itinerário da causa trabalhadora há anos, sobretudo na luta por padrões de ensino e exercício profissional mais dignos para os trabalhadores e mais seguros para a população atendida, visto que a partir do enfrentamento da pandemia de COVID-19, a situação laboral dos enfermeiros e técnicos de Enfermagem se agravou bastante⁽¹²⁾.

Desde as últimas reformas trabalhista e previdenciária e a partir da pandemia de COVID-19, a classe de Enfermagem no Brasil tem convivido mais intensamente com a fragilização dos vínculos empregatícios, com o desemprego e subemprego, condições inadequadas de trabalho, baixos salários, redução do quadro de profissionais escalados nos

serviços de saúde, múltiplas jornadas de trabalho, adoecimento físico e mental e o falecimento de profissionais em decorrência da contaminação pelo vírus^(1,12). A presença do racismo e das desigualdades na área da saúde agravam essa problemática^(9,12).

Essas condições têm se tornado argumentos para as entidades civis de Enfermagem frente às autoridades do Estado e do setor privado em favor das demandas dos trabalhadores, que incluem a redução da jornada de trabalho para 30 horas semanais, sem redução de salários, a efetivação do pagamento do piso salarial de Enfermagem, o estabelecimento da educação presencial para a formação em Enfermagem e a consolidação do Sistema Único de Saúde e suas políticas públicas de proteção à saúde e assistência social.

Do ponto de vista do arcabouço legislativo do Brasil, as entidades civis podem ser definidas como pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, conformadas a partir da reunião de cidadãos que exercem a mesma atividade profissional, ou atividades próximas, com vistas à consecução de objetivos profissionais em comum⁽¹³⁾. No entanto, apesar de serem normatizadas por dispositivos legais do Estado, as entidades civis constituem um elemento da sociedade civil, pois são fundadas e dirigidas espontaneamente pelos trabalhadores e estudantes e não fazem parte da estrutura estatal.

Contudo, a teoria gramsciana definiu os sindicatos e as associações como ‘organismos vulgarmente privados’, uma vez que podem corresponder à função de hegemonia do grupo dominante⁽⁶⁾. Para que se distanciem dessa função, as entidades precisam estar impregnadas de predicados revolucionários, mais do que de representação ou reivindicação, caso contrário serão inócuas ou servirão como correia de transmissão dos interesses burgueses⁽⁶⁾.

Gramsci explicou que a luta do proletariado contra o capital se dá em três momentos: o econômico, o político e o ideológico⁽⁶⁾. A luta econômica também se desdobra em três fases: a primeira de resistência contra o capitalismo ou fase sindical; uma segunda fase de ofensiva contra o capitalismo, pelo controle operário da produção, e uma terceira, de eliminação do capitalismo por meio da socialização⁽⁶⁾. A luta política pode ser resumida pelo conceito de

guerra de posição, em que a classe trabalhadora busca ocupar as trincheiras institucionais, sobretudo as parlamentares, de modo a manter ou criar uma situação democrática em que as forças populares possam se organizar e desenvolver⁽⁶⁾. Já a luta ideológica dá sentido à luta econômica e política, pois constitui-se na difusão da ideologia, da cultura universal socialista da classe trabalhadora por parte dos seus intelectuais orgânicos⁽⁶⁾.

Isso cria uma demanda para a organização político-ideológica das entidades de Enfermagem: a necessária operacionalização da luta econômica e política da classe, incluindo a luta sindical nas instituições empregadoras e a ocupação de assentos nos espaços de decisão e poder no setor saúde e nas estruturas de Estado e controle social, incluindo o palco partidário-parlamentar. Soma-se a isso a luta ideológica, para que a atuação das entidades adquira predicado revolucionário a partir da consciência de que se luta por uma reorganização social de emancipação do homem da exploração e a alienação capitalista.

É dever das entidades dirigir e operar uma reforma ideológica e cultural para que trabalhadores e estudantes compreendam o real motivo da luta econômica e política da classe e encontrem coletivamente diretrizes de organização sindical e associativa coerentes com as suas necessidades históricas^(6,8,11,14,15). Por isso, a elevação do padrão de ensino e exercício da Enfermagem é tão importante, para que se possa ter uma educação que supere a superficialidade do treinamento empregatício, o ecletismo e o modismo típicos da modernidade, de modo que os membros da categoria alcancem um nível intelectual tão sofisticado que, mesmo na completa disfunção de suas entidades, cada estudante e cada trabalhador conseguirá criticar a realidade na qual esteja inserido e extrair dela os elementos necessários para uma tomada de decisão de caráter revolucionário^(6,8,11,14,15).

Isso só será possível se o conteúdo programático dessa reforma intelectual for aderente às reais necessidades da classe trabalhadora. Essa unidade ideológica é conseguida pela organicidade dos intelectuais da classe, ou seja, tais intelectuais não se constituem apenas por operar os aparelhos de hegemonia, mas sim por serem nascidos e

crescidos na própria classe e conhecerem empiricamente os problemas e os interesses do grupo que representam^(6,8,11,14).

Por isso, a ampliação dos quadros de trabalhadores e estudantes associados e filiados e o estímulo ao surgimento de novas lideranças são providências necessárias para a renovação das forças do movimento revolucionário, mas sem perder de vista a herança acumulada pela vanguarda e a ortodoxia dos propósitos e ideais desse movimento.

Esse processo de formação ideológica constitui-se num desafio para a Enfermagem, sobretudo ao se considerar o grupo dos profissionais emergentes, que, por uma ilusão do capital, podem se considerar um conjunto destacado do coletivo maior de trabalhadores, por terem alcançado um patamar mais elevado na divisão social e técnica do trabalho⁽⁶⁾. Esse grupo emergente se constitui num elemento contrário a luta trabalhadora, reproduzindo dentro da classe a ideologia burguesa e resistindo a qualquer mudança para que se mantenham isolados no ápice da pirâmide do trabalho⁽⁶⁾. O remédio para essa situação está no momento em que o prestígio e o poder desses profissionais são colocados em favor dos interesses da classe, no sentimento de companheirismo e na compreensão de que a profissão acumulou conquistas pelos esforços de homens e mulheres de todos os tempos.

Na perspectiva do pensamento gramsciano, as entidades civis têm um papel importante na formação do sentimento de companheirismo, da consciência de classe e na elevação do nível intelectual e ideológico dos exercentes da profissão, tanto para que se sintam partícipes do ofício de cuidar de pessoas e comunidades, quanto para que compreendam que os problemas e assédios que enfrentam não são individualizados, mas sim são estruturais e afetam um coletivo de trabalhadores que compartilham as mesmas condições de trabalho e de vida. Essa unidade de pensamento e ação não é alcançada espontaneamente, é necessário um trabalho educacional de gerações, para que os exercentes da Enfermagem se tornem capazes de ocupar os espaços de poder estratégicos para o pleno exercício da profissão e para a questão da saúde das populações^(6,8,14,15).

Este trabalho requer uma base material que o

sustente e o faça progredir, ou seja, é importante analisar que o marco italiano não esquece de explicar que a subalternidade se dá na esfera política e cultural, mas também é econômica, pois a hegemonia só pode ser mantida por uma classe que ocupe um lugar de destaque no sistema de produção e consumo⁽⁶⁾. Isso reforça a necessidade de ampliação e mobilização dos quadros de associados e filiados, de formação de novas lideranças, do uso estratégico dos aparelhos de hegemonia, da influência e do prestígio dos intelectuais, num movimento genuíno de crítica e de compreensão coletiva. O desafio para a consecução dessa guisa de providências para as entidades de Enfermagem é o (re)estabelecimento da conexão entre os trabalhadores e suas entidades, transformando a força quantitativa em potencial de luta revolucionária, de maneira coerente com as conquistas acumuladas até o presente e com a relevância do trabalho de Enfermagem para a sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As entidades de Enfermagem desenvolvem um papel importante para a categoria, visto que são espaços de organização política, tanto por serem organismos legítimos de representação e porque a atividade política requer uma

centralidade de direção e comando. A preparação ideológica, o companheirismo e a consciência de classe são elementos imprescindíveis na luta revolucionária, atuando as entidades como articuladoras dos potenciais combativos da classe, uma vez que a acumulação da ciência e a experiência do proletariado ensina que conquistas laborais isoladas, desarticuladas ou inconscientes não são capazes de emancipar o homem da exploração capitalista.

A utilização de teorias progressistas pode servir como arsenal teórico na formulação de diretrizes organizacionais e operacionais para o movimento trabalhador, também na necessária análise da conjuntura social, de modo que os resultados dessa reflexão evidenciam que a luta ideológica é o norte da luta política e econômica. A ideologia da Enfermagem brasileira se funda no compromisso com a saúde e a dignidade humana e com as necessidades históricas da classe trabalhadora. Cumprir aquela cosmovisão de exercício de Enfermagem representa a genuína emancipação moral e econômica do homem e requer das entidades uma abertura para discutir e compreender os problemas que afetam o coletivo dos exercentes da categoria. Assim, as entidades poderão ter na classe de Enfermagem a força motriz para a sua atuação. Essa é a chave da verdadeira (re)conexão entre as entidades e os trabalhadores.

CULTURAL HEGEMONY AND IDEOLOGY IN THE THOUGHT OF ANTONIO GRAMSCI: IMPLICATIONS FOR NURSING ENTITIES

ABSTRACT

Objective: to analyze the implications of Antonio Gramsci's social theory for the political-ideological organization of civil entities of the Nursing class in Brazil. **Method:** study of reflection on the thought of Antonio Gramsci, discussing the notion of cultural hegemony, ideology and expanded state and its implications for the organization of nursing entities. The study was developed in the second half of 2021 and waived appreciation by ethics committee. **Results:** the ideological preparation of the nursing practitioners was identified as an essential element to give meaning and revolutionary sense to the political and economic struggle of the class, supporting the formation of identity and sense of fellowship among category members and formulation of action guidelines for entities. **Final considerations:** it is concluded by the importance of trade unions and professional associations for the organization of the category and the need for (re)connection between students and nursing workers with civil entities, committed to social change and the real demands of the working class.

Keywords: Nursing. History of nursing. Societies nursing. State. Social theory.

HEGEMONÍA CULTURAL E IDEOLOGÍA EN EL PENSAMIENTO DE ANTONIO GRAMSCI: IMPLICACIONES PARA LAS ENTIDADES DE ENFERMERÍA

RESUMEN

Objetivo: analizar las implicaciones de la teoría social de Antonio Gramsci para la organización político-ideológica de las entidades civiles de la clase de Enfermería en Brasil. **Método:** estudio de reflexión sobre el pensamiento de Antonio Gramsci, discutiendo el concepto de hegemonía cultural, ideología y Estado ampliado y

sus implicaciones para la organización de las entidades de Enfermería. El estudio fue desarrollado en el segundo semestre de 2021 y no necesita apreciación por comité de ética. **Resultados:** la preparación ideológica del personal de la Enfermería fue identificada como elemento esencial para dar significado y sentido revolucionario a la lucha política y económica de la clase, apoyando la formación de la identidad y el sentimiento de compañerismo entre los miembros de la categoría y formulación de directrices de acción para las entidades.

Consideraciones finales: se concluye por la importancia de los sindicatos y asociaciones profesionales para la organización de la categoría y por la necesidad de (re)conexión entre los estudiantes y trabajadores de Enfermería con las entidades civiles, a partir de una actuación comprometida con el cambio social y con las reales reivindicaciones de la clase trabajadora.

Palabras clave: Enfermería. Historia de la enfermería. Sociedades de enfermería. Estado. Teoría social.

REFERÊNCIAS

1. Maia MA, Paiva ACO, Moretão DIC, Batista RCR, Alves M. O cotidiano de trabalho na enfermagem: uma reflexão sobre práticas profissionais. *Cienc. Cuid. Saúde*. 2019; 18(4):e43349. DOI: <https://doi.org/10.4025/cienccuidsaude.v18i4.43349>.
2. Santos JFE, Santos RM, Costa LMC, Almeida LMWS, Macêdo AC, Santos TCF. Importância das organizações civis de enfermagem: revisão integrativa da literatura. *Rev Bras Enferm*. 2016; 69(3):610-8. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167.2016690326i>.
3. Curado M. Industrialização e desenvolvimento: uma análise do pensamento econômico brasileiro. *Econ. soc. [Internet]*. 2013; 22(3):609-40. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-06182013000300002>.
4. Yazbek MC, Bravo MI, Silva MLO, Martinelli ML. A conjuntura atual e o enfrentamento ao coronavírus: desafios ao Serviço Social. *Serv. Soc. Soc.* 2021; (140):5-12. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.234>.
5. Lopes FT, Costa ASM. Exílio político no contexto do Brasil pós-2019: história do desterro e do trabalho existência/resistência de uma intelectual brasileira. *Cad. EBAPE.BR [Internet]*. 2021; 19(2):307-24. DOI: <https://doi.org/10.1590/1679-395120200038>.
6. Gramsci A. Concepção dialética da história. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
7. Jacomini MA. O conceito gramsciano de Estado Integral em pesquisas sobre políticas educacionais. *Educ. Pesqui.* 2020; 46:e214645. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202046214645>.
8. Sobral KM, Ribeiro ECS. A concepção de hegemonia no pensamento de Antonio Gramsci. *Cadernos do GPOSSHE [Internet]*. 2020; 3(2):90-106. DOI: <https://doi.org/10.33241/cadernosdogposshe.v3i2.3361>.
9. Racine L. Racialization in nursing: Rediscovering Antonio Gramsci's concepts of hegemony and subalternity. *Nursing Inquiry*. 2021; 28(2):e12398. DOI: <https://doi.org/10.1111/nin.12398>.
10. Santos FR. Reflexões acerca dos conceitos de Estado, hegemonia e educação na obra de Antonio Gramsci sob a interpretação de seus comentadores: entre divergências e convergências. *Germinal [internet]*. 2021; 13(2):803-18. DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v13i2.44717>.
11. Mancini MVDV, Santos GR. Os intelectuais em Gramsci: uma análise sobre o papel dos assistentes sociais. *Revista Libertas*. 2021; 21(1):112-33. DOI: <https://doi.org/10.34019/1980-8518.2021.v21.33498>.
12. Morin KH. Contributions of professional nursing organizations. *J Adv Nursing*. 2021; 77:e1-e3. DOI: <https://doi.org/10.1111/jan.14808>.
13. Brasil. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. *Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 139, 8: 1-74, 11 jan. 2002*.
14. Silva V, Schirmer J, Plazas PC, Wilson R, Roza BA, Moulton E, et al. Poder interprofissional em cuidados intensivos: reflexão filosófica a partir de perspectivas foucaultianas e críticas. *Acta Paul Enferm*. 2022; 35:eAPE0245345. DOI: <http://dx.doi.org/10.37689/acta-ape/2022AR0245345>.
15. Crehan K. Why Gramsci? *Dialect Anthropol*. 2022; 46:507-20. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10624-022-09680-7>.

Endereço para correspondência: James Farley Estevam dos Santos. Travessa São Benedito, 92, Pinheiro, CEP: 57055-860. Maceió, Alagoas, Brasil. Telefone: (82) 99902-8986, E-mail: jamesfarleyestevam@yahoo.com.br.

Data de recebimento: 21/05/2022

Data de aprovação: 14/03/2023